

O CONCEITO DE *EQUIVALÊNCIA* EM LEXICOGRAFIA BILÍNGUE E TEORIA DA TRADUÇÃO

Tatiana Helena Carvalho Rios
Universidade Estadual Paulista São José do Rio Preto
tatianarios@yahoo.com.br

Claudia Maria Xatara
Universidade Estadual Paulista São José do Rio Preto
xatara@ibilce.unesp.br

Resumo: Considerando que uma palavra pode ser compreendida de diversas maneiras, de acordo com a formação discursiva em que se insere, este trabalho contrasta os sentidos do termo *equivalência*, em dois domínios da Linguística: Teoria da Tradução e Lexicografia Bilíngue. Com isso, procuramos demonstrar a incompatibilidade do mesmo termo nos domínios referidos, tendo em vista que os teóricos de ambos o tratam de formas diferentes.

Palavras-chave: equivalência, lexicografia, tradução.

Abstract: Considering a word may be understood in many different ways, according to the discursive formation in which it is inserted, this work aims at contrasting the meanings of the term equivalence in two fields of Linguistics: Translation Theory and Bilingual Lexicography. Therefore, we try to demonstrate the incompatibility of the same term in the referred fields, considering that theorists of both fields treat it in different ways.

Keywords: equivalence, lexicography, translation.

Introdução

Este artigo trata do discurso científico e tem como objetivo contrastar os conceitos do termo *equivalência* e seus sentidos em dois domínios da Linguística: Teoria da Tradução (TT) e Lexicografia Bilíngue (LB). Para tanto, selecionamos textos de ambas as áreas,

que tratam da questão da *equivalência*, preocupando-nos sobretudo com definições dadas por lexicógrafos e teóricos da tradução.

Como afirma Orlandi (1999), uma palavra, na mesma língua ou em línguas diferentes, pode ter diversos significados, segundo a posição do sujeito que a utiliza e a inscrição do que é dito em determinada formação discursiva. Assim, as palavras podem ser compreendidas nos discursos, fazendo-se referência a diferentes formações discursivas.

Na presente análise observamos o termo *equivalência*, relacionando-o a duas formações discursivas, para compreender seus sentidos e diferenças. Dessa maneira, acreditamos ser possível explicitar que a evidência do sentido é um efeito ideológico, já que o mesmo termo é empregado de diferentes maneiras nas duas áreas analisadas.

1. Construção do dispositivo analítico

Para a construção do dispositivo analítico, delimitamos alguns conceitos do dispositivo teórico da Análise do Discurso (AD) utilizados nesta análise, com base na finalidade deste trabalho. Assim, o dispositivo analítico pode ser considerado uma *individualização* do dispositivo teórico, numa análise particular, feita pelo analista e de sua responsabilidade. Consequentemente, cada trabalho é diferente de outros, por mobilizar conceitos diferentes, embora várias análises sejam sustentadas pelo mesmo dispositivo teórico.

Para este artigo, acionamos dois conceitos do dispositivo teórico da AD, com os quais construímos este dispositivo analítico: formação discursiva e heterogeneidade.

1.1. Formação discursiva

O primeiro conceito da AD de que dispomos é a *formação discursiva*, definida por Orlandi (*ib.*, p. 43) “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada

em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. A formação discursiva é formada pela regularidade, pela recorrência do que é dito num conjunto de enunciados.

Esses enunciados, por sua vez, constituem o discurso, que em AD é entendido como palavra em movimento, contextualizada em sua conjuntura histórico-social. O discurso é visto como uma prática de linguagem que provém da formação dos saberes (Brandão, 1993), num jogo estratégico e polêmico, de ação e reação, dominação e esquiva. É o espaço em que se articulam o saber e o poder. Orlandi (*ib.*, p. 21) define o discurso como “efeito de sentido entre locutores”.

Por meio do discurso, veicula-se o saber institucional, gerador de poder, ao mesmo tempo em que se controla o que é dito. Desse modo, é possível eliminar ameaças ao poder estabelecido em determinada formação discursiva, criando-se efeitos de sentido que determinam o que se considera verdadeiro ou falso.

Em AD, o conceito de formação discursiva permite a articulação entre enunciado e ideologia, entre o que é dito e sua conjuntura histórico-cultural. Podemos considerar, portanto, que uma formação discursiva determina, ao menos em parte, o sentido das palavras empregadas num enunciado.

Nesta análise tomamos textos de duas formações discursivas diferentes: TT e LB. Num primeiro momento, apresentamos o termo *equivalência* em LB e posteriormente explicitamos como o mesmo termo é tratado em TT. Concluimos com observações sobre suas diferenças nas duas áreas analisadas.

1.2. Heterogeneidade

A *heterogeneidade* é o segundo conceito da AD de que dispomos. De acordo com Maingueneau (1989), ela é intrínseca ao funcionamento do discurso e não é possível pensar que as formações discursivas têm duas dimensões (uma interior e outra exterior), pois, o que se considera exterior a uma formação discursiva é parte constitutiva do discurso. Logo, no discurso existem marcas exte-

riores à formação discursiva, classificadas pelo autor como heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Neste trabalho consideraremos apenas a heterogeneidade mostrada: manifestações explícitas, recuperáveis a partir de diversas fontes de enunciação. Buscamos, portanto, marcas de outras formações discursivas no discurso analisado.

Existem vários fenômenos que Maingueneau considera dependentes da heterogeneidade mostrada: polifonia, pressuposição, negação, discurso relatado, palavras entre aspas, metadiscurso do locutor, parafrasegem, ironia, autoridade etc. Nesta análise consideraremos apenas alguns deles: polifonia, pressuposição, negação, discurso relatado, palavras entre aspas e metadiscurso do locutor.

Segundo o estudioso, a polifonia é observada quando é possível distinguir, no discurso, um locutor e um enunciador. O locutor seria o responsável pelo enunciado, uma ficção discursiva que não coincide com o produtor físico do enunciado. O enunciador, por sua vez, seria alguém que, sem ter enunciado, tem sua voz presente na enunciação.

A pressuposição seria a compreensão de um enunciado a partir de outros, ou seja, a relação do que é dito no discurso pelo locutor com o que está relacionado ao enunciador. Nesse processo existe um agente verificador, a opinião pública, instância responsável pela validade do enunciado em questão (*ib.*).

A negação também pode ser considerada uma marca de heterogeneidade pois, para Maingueneau, nela é possível distinguir dois pontos de vista: uma proposição do enunciador e uma proposição do locutor, que nega a proposição do enunciador.

Outro fenômeno discursivo que pode ser objeto de análise polifônica é o discurso relatado. Existem duas estratégias para se relatar uma enunciação: o discurso direto, em que aparece um segundo locutor, e o discurso indireto, em que há uma teatralização da enunciação relatada. Na citação existe uma ambiguidade fundamental: o locutor citado aparece ao mesmo tempo como não eu e como autoridade que protege o que foi dito. É interessante observar que o locutor faz citações de acordo com regras impostas pela

formação discursiva em que está inserido. Além disso, de acordo com o verbo de comunicação utilizado pelo locutor, é possível notar seu grau de adesão ao que está sendo enunciado.

Com relação às palavras entre aspas, o autor afirma que estas têm várias funções: diferenciação, proteção, ênfase, condescendência etc. A AD se interessa pelo valor semântico das aspas devido a seu caráter imprevisível e a sua relação com o implícito.

Finalmente, consideramos o metadiscurso do locutor, ou seja, a metalinguagem utilizada pelos locutores nos enunciados. De acordo com o que afirma Ducrot (*apud* Maingueneau, *ib.*), “a partir do momento em que falamos, falamos de nossa fala”. Maingueneau propõe uma classificação para o metadiscurso de acordo com sua finalidade: construir uma imagem do locutor, autocorrigir-se, confirmar, solicitar permissão, corrigir antecipadamente um possível erro etc. Como sintetiza o estudioso (*ib.*, p. 95), “o metadiscurso se apresenta como um jogo com o discurso; na realidade, ele constitui um jogo no interior do discurso”.

Consideramos que os fenômenos descritos acima são mecanismos da discursividade, concebida como um dispositivo que negocia continuamente em um espaço saturado de palavras, abrindo os caminhos da significação. Desse modo, na presente análise procuramos observar algumas dessas marcas e relacioná-las com a constituição do sentido do termo *equivalência*.

2. A equivalência em LB

De acordo com Werner (*in*: HAENSCH et al., 1982), o problema teórico fundamental na elaboração de dicionários bilíngues (DBs) para a tradução reside no fato de que as estruturas léxicas de línguas diferentes não equivalem. Assim, a *equivalência* constitui uma questão central da LB.

Por outro lado, é praticamente impossível ao lexicógrafo enumerar, para cada unidade léxica (UL), todas as possibilidades de

tradução, de acordo com cada contexto, a fim de descrever com detalhes as divergências e semelhanças entre línguas diferentes. Assim, o autor propõe que a solução mais razoável para a elaboração de DBs seja dar, para cada UL, seus respectivos *equivalentes de tradução*.

O *equivalente*, para ele, é uma UL da língua de destino que contenha pelo menos um semema em acordo com um semema da UL da língua de origem. É importante observar que Werner (*ib.*, p. 288) utiliza o termo *equivalente de tradução* por ser consagrado pelo uso e ressalta que as relações lexicais interlinguísticas não se tratam de relações de equivalência e que, portanto, o termo não é muito acertado:

A solução mais razoável consiste, portanto, em dar como “equivalente de tradução” (empregamos aqui o termo já consagrado pelo uso, apesar de não ser muito acertado, porque precisamente não se trata de relações de equivalência), no dicionário de tradução, aquelas ULs da língua de destino que contenham, pelo menos, um semema que esteja de acordo em sua composição, na maior medida possível, com um semema, ao menos, da UL dada na língua de destino.¹

Nesse primeiro trecho, extraído do manual *La Lexicografia (ib.)*, vemos que LB e Tradução são duas áreas que se relacionam, já que ambas se ocupam do contato entre línguas e culturas. Notamos também que *equivalente de tradução* está entre aspas, o que pode indicar que este não é um termo da LB, ou ainda que o autor deseja indicar certo distanciamento.

Outra marca que merece ser apontada é a negação em: “apesar de não ser muito acertado, porque precisamente não se trata de relações de equivalência”. Há nesse enunciado a negação de um ponto de vista: o de que é possível estabelecer relações de equivalência entre as línguas. Se esse ponto de vista é negado, retomando Maingueneau (1989), é devido ao fato de que, em algum momento,

ele foi ou pode ser aceito. Em outras palavras, se o autor explicita essa negação é porque vê a possibilidade de que seu leitor aceite a proposição que está sendo negada.

Observamos ainda que Werner (*ib.*, p. 287), no manual dedicado a lexicógrafos, se dirige aos tradutores, afirmando que eles não podem ter o ideal de produzir textos cujo conteúdo corresponde exatamente ao conteúdo dos textos na língua de origem. Vejamos o comentário do autor sobre o que seria uma tradução adequada:

O ideal do tradutor não pode consistir em produzir, na língua de destino, um texto cujo conteúdo corresponda exatamente ao conteúdo do texto da língua de origem, mas um texto cujo conteúdo esteja de acordo com o maior número possível de elementos essenciais do conteúdo do texto da língua de origem.²

Embora no trecho analisado não tenhamos notado nenhuma alusão explícita à TT e não tenhamos encontrado, na bibliografia, referências a obras teóricas sobre tradução, observamos que no fragmento acima, Werner tangencia uma de suas questões centrais: a *equivalência*. Em outro trecho, Werner (*ib.*, p. 288-293) distingue quatro tipos fundamentais de relações de equivalência entre línguas diferentes, definindo cada uma delas:

TIPO 1: O caso ideal de *equivalência* aproximada de uma UL na língua de origem e na língua de destino se dá, relativamente, em poucas ocasiões. Geralmente, tratam-se de termos técnicos, que aparecem especialmente em textos técnicos; mas, dada a importância de certas especialidades para a vida diária [...] também fazem parte do vocabulário de uso diário [...].

TIPO 2: Na maioria dos casos, correspondem a uma UL da língua de origem vários *equivalentes de tradução*. Pode acontecer que, a uma unidade polissêmica da língua de origem, de acordo com os diferentes sememas, correspondam

diferentes ULs na língua de destino, ou ainda, que existam, na língua de destino, determinadas regras ou frequências para a distribuição dos *equivalentes de tradução* [...].

TIPO 3: Também podem surgir, em casos concretos, dificuldades na tradução, pelo fato de que o mesmo *equivalente de tradução* na língua de destino corresponde a diferentes ULs da língua de origem. Isto pode ocorrer quando se-mas que são de certa importância para as ULs da língua de origem não podem ser distinguidos no *equivalente de tradução*; quando o *equivalente de tradução* é polissêmico [...] ou ainda, quando, para a distribuição das diferentes ULs da língua de origem, existem regras específicas de distribuição ou relações de frequência [...]. Em determinados casos, o contraste entre várias ULs da língua de origem com um *equivalente de tradução* comum pode ser tão importante para o texto da língua de origem que precisa ser traduzido, que este contraste tem que ser expressado de algum modo, também no texto da língua de destino. Isto pode ser feito mediante perífrases ou explicações especiais entre parênteses, notas de rodapé etc. [...].

TIPO 4: Às vezes não existe na língua de destino nenhuma UL que possa cumprir a função de *equivalente de tradução* de uma UL da língua de origem. Para a tradução, nestes casos, frequentemente teria que ser adotada uma solução que consistisse em transferir a UL da língua de origem para o texto da língua de destino e (ou) fazer, de uma maneira ou de outra, observações sobre esta UL ou sobre o conceito ao qual se refere.³

Podemos notar que, embora o autor trate cada caso acima como tipos de *equivalentes de tradução*, em nenhum deles se concebe que ULs de línguas diferentes tenham valores iguais. No Tipo 1, que seria o mais próximo do *equivalente ideal*, o autor se refere a uma *equivalência aproximada*. No Tipo 4, que seria o outro extremo, o autor aponta os casos em que *não existe equivalente de tradução* na língua de destino.

Podemos supor, assim, que esses estudos não tenham se considerado reciprocamente, apesar de tratarem aparentemente da mesma questão. Além disso, é necessário lembrar que durante muito tempo a lexicografia e a tradução foram atividades tratadas empiricamente. É recente a inclusão da TT e da LB como áreas autônomas da Linguística. Se considerarmos que a reflexão sobre o objeto dessas áreas só foi possível com o advento da Linguística moderna e com os estudos contemporâneos que relacionam as ciências da linguagem com outras áreas das ciências humanas, só ultimamente têm se desenvolvido estudos em TT e Metalexicografia.

Ainda com relação à equivalência em LB, encontramos uma definição de Tondji-Simen (1997, p. 365):

Podemos definir a equivalência como a relação que põe em contato de sinonímia denominações de línguas diferentes, que representam a mesma noção. Geralmente, quando tratamos duas denominações como equivalentes, subentende-se que elas são intercambiáveis⁴.

Dando seguimento ao texto, o autor afirma que existem graus de equivalência: *equivalência total*, *equivalência relativa* e *equivalência parcial*. A primeira ocorreria quando o recorte nocional de dois termos de línguas diferentes é o *mesmo*. A segunda, quando há diferença apenas no nível de língua em que os termos são empregados. A última, por sua vez, quando os termos têm extensão semântica diferente nas línguas consideradas.

Poderíamos acrescentar um quarto grau: a *equivalência zero*, que segundo Xatara (in: Oliveira; Isquierdo, 2001), ocorreria quando não se encontra um termo equivalente em uma das línguas consideradas. A esse respeito, Szende (in: Béjoint, 1996, p. 113) afirma que toda língua tem lacunas e que “em uma perspectiva contrastiva há lacunas cada vez que um signo da língua de partida não encontra equivalente na língua de chegada”⁵. Para o autor, os problemas de equivalência podem estar no plano do real ou no plano da língua,

sendo necessário questionar dois pontos: “O real existe ou não na cultura dos locutores? A palavra que o designa existe ou não na língua dos locutores?”⁶. Assim, com relação aos textos acima, embora Tondji-Simen (*ib.*) considere a possibilidade de *equivalência total*, não descarta as possibilidades de *equivalência relativa* ou *parcial*; por outro lado, Xatara (*ib.*) aponta a existência da *equivalência zero*, que seria o Tipo 4 apresentado por Werner (*ib.*).

Considera-se, portanto, em LB, que na realidade extralinguística só existem gradações imperceptíveis, que as oposições no seio de uma realidade sem limites precisos só são possíveis por meio da língua e que estas são apenas “redes de significação organizadas de diferentes maneiras pelo mundo experimentado” (Szende, *ib.*, p. 112)⁷.

Assim, em muitos casos duas línguas não recortam a realidade extralinguística da mesma forma. De fato, quando temos mais de uma língua, “é indiscutível que os sistemas linguísticos, a cultura e a visão de mundo na nomeação da realidade divirjam” (Xatara, 1998a, p. 4).

A esse respeito, Rey-Debove (1998) esclarece que num DB se estabelecem relações entre signos de línguas diferentes, sem preocupação com o referencial (extralinguístico). Na passagem de um signo a outro (de línguas diferentes), conserva-se aproximadamente o mesmo conteúdo, tendo em vista que não há sinonímia perfeita entre línguas diferentes. Portanto, no DB são apresentadas equivalências lexicais por meio da transcodificação de unidades de uma língua para unidades de outra (*ib.*).

Segundo Iordanskaja e Mel’cuk (1997), já é um truísmo aceito há tempos o fato de que as línguas apresentam a realidade de maneiras diferentes e seria interessante explorar esse fenômeno comparando duas línguas particulares. Em seu estudo, que coloca lado a lado ULs do corpo humano do russo e do francês, os autores constataram vários casos de divergências lexicais que puderam ser agrupados, como por exemplo: recorte diferente do corpo humano; deslocamentos semânticos, conotativos, estilísticos e funcionais entre ULs equivalentes; divergências nas escolhas lexicais para designar a mesma situação etc.

Normalmente o usuário não consulta o dicionário para buscar por si só “a equivalência ‘de uma palavra em outra língua’, mas sim para levar a cabo as tarefas de decodificação (compreensão), de codificação (produção) ou de tradução de formas que pertencem a um discurso⁸” (Blanco, 1997, p. 133). Ao recorrer a um dicionário, normalmente pensa-se que “a tradução é sempre possível e que existe necessariamente uma equivalência”⁹ (Szende, *ibidem*, p. 119), além de se pressupor que a principal função do DB consiste em propor equivalentes para cada UL da língua estrangeira. No entanto, em LB considera-se que a equivalência só é possível do ponto de vista da semântica lexical.

Ainda segundo esse autor, a relação entre ULs de línguas diferentes só é interessante se estiver apoiada em muitos outros dados complementares que possibilitem a leitura e compreensão das relações intersígnicas propostas e evidenciadas nos dicionários. Assim, embora um DB seja um bom instrumento de trabalho e as relações intersígnicas propostas por lexicógrafos sejam válidas, ele não pode ser a única fonte de informação para os consulentes.

Em suma, embora em LB, até o presente momento, não tenha sido proposto nenhum outro termo para o *equivalente de tradução* e apesar desse termo não ser amplamente problematizado nessa área, por meio desta análise é possível observar que a LB não concebe as relações entre ULs de línguas diferentes como relações de igualdade. Além disso, podemos observar que apesar de não haver um questionamento do termo *equivalente de tradução*, em LB seu conceito é amplamente discutido.

Fica claro, portanto, que ao conceber os DBs, os lexicógrafos não visam apagar diferenças interlinguísticas e interculturais, embora visem transpor as barreiras que impediriam o diálogo intercultural, acreditando na possibilidade de resgatar o maior número possível de elementos constituintes dos significados de ULs de línguas diferentes.

3. A equivalência em Teoria da Tradução

De acordo com Rodrigues (2000), o termo *equivalência de tradução* tornou-se um dos tópicos centrais dos estudos da tradução, após a segunda metade do século XX, embora não se saiba ao certo quando, nem por quem, esse conceito foi introduzido na tradutologia. Catford (1980), por exemplo, tem um capítulo dedicado à *equivalência de tradução* em seu livro *Uma teoria linguística da tradução*. Além disso, *Tradução e diferença* (Rodrigues, 2000) é uma obra dedicada ao questionamento do conceito tradicional de *equivalência* em TT e à proposição de uma concepção diferente de tradução.

Na concepção tradicional de *equivalência* dos estudos da tradução, pressupõe-se que seja possível uma relação de sinonímia perfeita entre elementos de línguas diferentes. É o que podemos observar na definição de *equivalente de tradução* dada por Catford (*ib.* p. 29), em que temos:

Um equivalente textual de tradução é [...] qualquer forma da LM [língua-meta] (texto ou porção de texto) que se observe ser o equivalente de determinada forma da LF [língua-fonte] (texto ou porção de texto) [sendo que] a descoberta de equivalentes textuais baseia-se no conhecimento de um informante ou tradutor bilíngue competente.

Assim, o *equivalente* para *cavalo*, em português, seria *cheval*, em francês. Aparentemente não haveria nenhuma controvérsia nessa afirmação. No entanto, como vimos anteriormente (item 3), as relações entre ULs de línguas diferentes são bem mais complexas do que o exemplo. Como afirma Rodrigues (*ib.*, p. 39), “Catford parece não julgar necessário definir a ‘equivalência’”.

Podemos afirmar que tradicionalmente, em TT, uma *equivalência de tradução* seria uma palavra ou grupo de palavras de dada língua que estivesse em relação de sinonímia com uma palavra

ou grupo de palavras de outra língua. Tanto é assim, que o autor (*ib.*, p. 30), preocupado com a formulação de regras de tradução, afirma:

Em vez de *pedir* equivalentes, podemos adotar um procedimento mais formal, ou seja, a *comutação*, observando-se a variação concomitante. Em outras palavras, podemos introduzir sistematicamente mudanças no texto da LF [língua-fonte] e observar as mudanças que ocorrem em consequência, se é que ocorrem, no texto da LM [língua-meta]. *Um equivalente textual de tradução é, assim, a porção de texto da LM que se modifica quando, e somente quando, se modifica determinada porção do texto da LF.*

Em seguida, o linguista apresenta o seguinte exemplo: “*My son is six*”, que é traduzido para o francês como “*Mon fils a six ans*”, explicitando como seria a tradução e qual seria a porção da LF considerada equivalente da LM. Posteriormente, tece o seguinte comentário:

Em casos simples como esse, geralmente se confia no próprio conhecimento das línguas envolvidas. Essa é a única atitude que se pode tomar com relação a um texto gravado (falado ou escrito), quando o tradutor primitivo não está presente. Num caso assim, o investigador age como seu próprio informante e descobre “intuitivamente” os equivalentes textuais, isto é, vale-se da sua própria experiência, sem passar necessariamente por um processo de comutação. Não obstante, a comutação é a última prova para a equivalência textual, e é útil nos casos em que a equivalência não é do tipo simples de ordem igual e unidade a unidade, mostrado acima.

Podemos observar nesses dois trechos que o conhecimento linguístico do pesquisador é colocado em segundo plano, em detrimento do procedimento de comutação. Na análise de uma tradução,

o recurso ao conhecimento linguístico por parte do pesquisador é considerado um procedimento intuitivo.

Catford considera ainda a possibilidade de regras de comutação de acordo com as quais seria possível definir *equivalentes de tradução*, ou seja, porções de texto em língua-fonte que pudessem ser substituídas por porções de texto em língua-meta. As regras de comutação poderiam constituir algoritmos com os quais seria possível programar computadores para a tradução mecânica. Portanto, a finalidade última desse autor seria prescritiva: sistematizar mecanismos de tradução para se chegar a suas regras.

O conceito tradicional de *equivalência* em TT é, no entanto, contestado por Rodrigues (*ib.*), que aponta a relatividade dos significados e a problemática da significação, afirmando: “seria ilusória a crença de que as referências de termos de línguas diferentes podem ser objetivamente comparadas [...] pois o significado não pode ser uma entidade objetiva, na medida em que está vinculado ao comportamento dos usuários e à sociedade” (p. 175). Além disso, segundo a autora (*ib.*, p. 187), se tomarmos por base a concepção saussuriana de linguagem:

Seria impensável atribuir um mesmo valor a palavras de duas línguas diferentes. [...] Se nada ancora os signos aos referentes e se o próprio sistema estabelece os limites entre os signos, não há como postular que diferentes sistemas organizem componentes de modo a espelhar a organização de outro, não há como supor que um elemento corresponda a outro de um sistema diferente.

Levar essas afirmações às últimas consequências poderia invalidar a pesquisa em LB? Poderia constituir argumentos suficientes para afirmarmos que a busca e proposição de *equivalências* entre línguas, como o faz a LB, seria um empreendimento impossível, e portanto, inútil? Como, então, pensar na possibilidade e validade de pesquisas lexicográficas que tenham o objetivo de estabelecer equivalências interlinguísticas?

Nos trechos acima, podemos identificar uma marca recorrente de heterogeneidade mostrada: a negação. Na primeira delas, observamos que, se a autora sustenta que “o significado não pode ser uma entidade objetiva” é porque é possível que se considere que o significado é uma entidade objetiva. De fato, em TT, o significado é tradicionalmente concebido como entidade objetiva que pode ser ao mesmo tempo resgatada e protegida.

Observamos em Catford, por exemplo, uma desconsideração total do sujeito (e da subjetividade) em detrimento de regras linguísticas formais (objetivas). Lembremos que para esse autor, o recurso ao conhecimento linguístico pelo pesquisador é um procedimento intuitivo.

Para compreender sua proposta é necessário, no entanto, considerar que ele está inserido em uma formação discursiva, e que pressupõe a análise do processo tradutório, feita com base em uma teoria linguística geral. A teoria linguística utilizada por Catford é a desenvolvida por Halliday, que se preocupava com as regras do sistema linguístico e que concebia a língua como estrutura léxico-gramatical gerada por um sistema de significados.

Continuando a análise, observamos que se nega a seguinte proposição: diferentes sistemas linguísticos organizam seus componentes de modo a espelhar a organização um do outro. Da terceira negação, por sua vez, podemos depreender a seguinte proposição: há como supor que um elemento corresponda a outro de um sistema linguístico diferente.

É interessante observar que as duas proposições negadas pela autora são sustentadas pela LB, já que seu trabalho consiste em propor elementos que correspondem a outros de sistemas linguísticos diferentes, pressupondo que diferentes sistemas linguísticos organizam seus componentes de modo semelhante.

Ao que parece, estamos diante de uma questão terminológica, já que o mesmo termo, *equivalente de tradução*, parece não ser entendido da mesma maneira em LB e TT. Assim, ao negar que um elemento de uma língua pode corresponder a outro elemento

de língua diferente, Rodrigues (*ib.*) baseia-se na formação discursiva da TT, que não problematiza as divergências entre sistemas linguísticos. Por outro lado, apesar de que, em LB, o termo *equivalência de tradução* não tenha sido questionado, verificamos que essa questão é amplamente discutida nos textos teóricos sobre LB.

Além disso, embora a questão central da LB não seja a reflexão sobre o processo tradutório, em Haensch (1982) há várias sugestões de como deve proceder um tradutor. Podemos concluir, portanto, que embora tratem do mesmo tema (*equivalência de tradução*), os textos analisados provêm de duas formações discursivas diferentes.

Considerações finais

Por meio da análise apresentada, observamos que os textos de TT e LB pertencem a formações discursivas diferentes que não se consideram reciprocamente. Desse modo, ao afirmar que “seria impensável atribuir um mesmo valor a palavras de línguas diferentes”, Rodrigues (*ib.*, p.187) refere-se à concepção tradicional de *equivalência* em TT, que não questiona, por exemplo, as divergências nas estruturas lexicais de línguas diferentes. Essa discussão, no entanto, está presente nos textos de LB analisados.

Embora haja consciência das dificuldades de se estabelecer relações entre estruturas lexicais de idiomas diferentes, em LB se supõe que há correspondência entre elementos de sistemas linguísticos diversos.

A esse respeito, vemos que Fish (1980, *apud* Rodrigues, *ib.*) considera, por um lado, que o significado de um texto não é fixo e que sua interpretação é inevitável e produtora do que tradicionalmente se considera produto. Por outro lado, o autor reconhece que não se pode atribuir a uma palavra um significado qualquer que se deseje, pois este é comunitário e convencional. Logo, “não somos livres para criarmos nossos próprios propósitos e objetivos, pois

não somos independentes de pressuposições institucionalmente determinadas” (Rodrigues, *ib.*, p. 180).

Consideramos, pois, que cabe à LB analisar as línguas em busca dos significados comunitários e convencionais das ULs, buscando suas similitudes e propondo relações harmônicas entre sistemas linguísticos, a fim de descrever as relações entre ULs de línguas diferentes.

Para tanto é necessário basear-se em critérios claros e bem definidos que permitam que os elementos de uma língua sejam associados a elementos de outra. Assim, a LB trabalha no sentido de encurtar caminhos entre as línguas estrangeiras. Ao elaborar DBs, a preocupação central é buscar elementos com que se possa compor instrumentos confiáveis para as atividades interlinguísticas e contribuir para o diálogo intercultural. Em suma, apesar dos percalços da LB e de suas aparentes incongruências com relação à TT, em especial no que concerne à questão do *equivalente de tradução*, os DBs normalmente são imprescindíveis para atividades com línguas estrangeiras.

Notas

1. “La solución más razonable consiste, por lo tanto, en dar como ‘equivalentes de traducción’ (empleamos aquí el término ya consagrado por el uso, a pesar de no ser muy acertado, porque precisamente no se trata de relaciones de equivalencia).” Todas as traduções são nossas.

2. “El ideal del traductor no puede consistir en producir, en la lengua de destino, un texto cuyo contenido corresponda exactamente al contenido del texto de la lengua de origen, sino, más bien, un texto cuyo contenido concuerde en el mayor número posible de elementos esenciales con el contenido del texto de la lengua de origen.”

3. “TIPO 1: El caso ideal de equivalencia aproximada de una unidad léxica en la lengua de origen y en la lengua de destino se da, relativamente, en pocos casos. Por lo general, se trata de términos técnicos, tal como aparecen especialmente en textos técnicos; pero, dada la importancia de ciertas especialidades para la vida diaria [...] forman también parte del vocabulario de uso diario [...].

TIPO 2: En la mayoría de los casos, corresponden a una unidad léxica de la lengua de origen varios equivalentes de traducción. Puede darse el caso de que, a una unidad polisémica de la lengua de origen, según los distintos sememas, correspondan distintas unidades léxicas en la lengua de destino, o bien que existan en la lengua de destino determinadas reglas o frecuencias para la distribución de los equivalentes de traducción [...].

TIPO 3: También pueden surgir, en casos concretos, dificultades en la traducción en la lengua de destino. Esto puede ocurrir cuando semas que son de cierta importancia para las unidades léxicas de la lengua de origen no se pueden distinguir en el equivalente de traducción; cuando el equivalente de traducción es polisémico [...] o bien cuando para la distribución de las diferentes unidades léxicas de la lengua de origen existen reglas específicas de distribución o relaciones de frecuencia [...] En determinados casos, el contraste entre varias unidades léxicas de la lengua de origen con un equivalente de traducción común puede ser tan importante para el texto de la lengua de origen que hay que traducir, que este contraste tiene que expresarse de algún modo también en el texto de la lengua de destino. Esto se puede hacer mediante perífrasis o mediante explicaciones especiales entre paréntesis, notas al pie de página etc. [...].

TIPO 4: A veces no existe en la lengua de destino ninguna unidad léxica que pueda cumplir la función de equivalente de traducción de una unidad léxica de la lengua de origen. Para la traducción habría que adoptar, en estos casos, con frecuencia una solución que consistiera en transferir la unidad léxica de la lengua de origen al texto de la lengua de destino y (o) hacer en una u otra forma observaciones sobre esta unidad léxica o sobre el concepto al que se refiere.” Grifos nossos.

4. “Nous pouvons définir l'équivalence comme la relation qui met en rapport de synonymie des dénominations des langues différentes représentant la même notion. Généralement, quand on traite deux dénominations d'équivalentes, on sous-entend qu'elles sont interchangeables.”

5. “Dans une perspective contrastive il y a lacune chaque fois qu'un signe de la langue de départ ne trouve pas d'équivalent dans la langue d'arrivée.”

6. “Le réel existe-t-il ou non dans la culture des locuteurs? Le mot qui le désigne existe-t-il ou non dans la langue des locuteurs?”

7. “Des réseaux de signification qu’organise de différentes manières le monde expérimenté.”

8. “L’équivalence ‘d’un mot dans une autre langue’, mais pour mener à bien des tâches de décodage (compréhension), d’encodage (production) ou de traduction de formes appartenant à un discours.”

9. “La traduction est toujours possible et une équivalence existe nécessairement.”

Bibliografia

BÉJOINT, H.; TROIRON, P. (org.). *Les dictionnaires bilingues*. Louvain: Duculot, 1996.

BLANCO, X. Lexicographie bilingue (français-espagnol) et traduction: l’exemple. *Meta*, v. 42, n. 2, p. 134-141, juin 1997.

BRANDÃO, M. H. N. *Introdução à AD*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

CATFORD, J. C. *Uma teoria linguística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980.

HAENSCH, G. et al. *La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

IODANSKAJA, L.; MELCUK, I. Le corps humain en russe et en français. Vers un dictionnaire explicatif et combinatoire bilingue. *Cahiers de Lexicologie*. n. 70-71, 1997, p. 103-135.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em AD*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1989.

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

REY-DEBOVE, J. *La linguistique du signe: une approche sémiotique du langage*. Paris: Armand Colin, 1998.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Edunesp, 2000.

TONDJI-SIMEN, R. Lexicomatique, compréhensionnisation et extensionnisation. *Meta*. 42, 2, p. 364-373, juin 1997.

XATARA, C. M. *A tradução para o português de expressões idiomáticas em francês*. Araraquara, 1998a. 253p. Tese (Doutorado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.